ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2ª SECRETÁRIA: VEREADORA MARCELLE MORAES (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 162/19 da vereadora Ireuda Silva e 163/19 do vereador Duda Sanches; Projeto de Indicação n. 301/19 do vereador Maurício Trindade; Projetos de Resolução n.s 66/19 do vereador Henrique Carballal e 67/19 do vereador Alfredo Mangueira; e Requerimentos n.s 131/19 do vereador Sílvio Humberto e 132 a 134/19 do vereador Hélio Ferreira. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o

vereador Moisés Rocha saudou o presidente do Sindicato dos Feirantes, Gago. Saudou ainda o deputado federal Sargento Isidório por se posicionar contrário ao Decreto do Presidente Bolsonaro que favorecia armas para cidadãos comuns. Elogiou frase do deputado Isidório sobre ele, como "doido", ser apto a dialogar com outro doido, referindo-se ao Presidente Bolsonaro. O orador afirmou que a insanidade mental do Presidente Bolsonaro foi clinicamente atestada. Passando-se à **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 232/15, 74/18, 95/18, 372/17 (contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Marta Rodrigues, Sidninho e Sílvio Humberto, e com abstenção do vereador Marcos Mendes), 70/19, 145/19 (contra o voto do vereador Cezar Leite), 317/17, 117/19, 141/19 e 365/17. Foram também discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Requerimentos 81/19 e 129/19. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza disse não ter tido conhecimento do Projeto de Lei n. 69/17, o qual havia sido posto em votação. O senhor presidente lembrou ter submetido a pauta ao conhecimento prévio dos pares. A vereadora Aladilce Souza explicou que acabara de pedir vista desse Projeto. O senhor presidente determinou a retirada, da pauta, do Projeto de Lei n. 69/17. Retomando os **Registros**, o vereador Orlando Palinha agradeceu ao prefeito pela pavimentação da Rua Castro Alves, em Paripe. Comentou sobre escola, no mesmo bairro, que estava abandonada e cuja revitalização seguia em fase final, pelo quê, agradeceu ao secretário de Educação Bruno Barral. Mencionou a Rua Paraguai, também em Paripe, que receberia melhoramentos. O vereador Sílvio Humberto comentou sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, cuja votação estava prevista para a semana seguinte. Conclamou a população, sobretudo os que lutavam contra o racismo, a ocupar a Galeria nessa votação, para democraticamente fiscalizar sobre quem realmente era contra o preconceito e a desigualdade raciais. Salientou que, numa cidade com mais de 80% de negros, apenas neste momento se chegava ao Estatuto. A vereadora Cátia Rodrigues disse que o Estatuto da Igualdade Racial trazia desigualdade religiosa e feria princípios

constitucionais, trazendo privilégios para os negros de religiões de matriz africana e excluindo negros de outras crenças. Declarou-se a favor da reparação aos negros, mas desde que dentro da Constituição Federal (CF). O vereador Luiz Carlos Suíca agradeceu aos pares pela aprovação de Projeto sobre trabalhadores em limpeza, cuja importância, inclusive para a saúde, destacou. Rebateu a afirmação de que o Estatuto da Igualdade Racial privilegiava grupos, explicando que ele abrangia toda a Cidade. Disse ser evidente que havia negros em religiões como a Evangélica, mas sublinhou que essa corrente religiosa não sofreu perseguições como sempre sofreu o Candomblé, num contexto de escravidão e racismo. Enalteceu a resistência histórica do povo negro, afirmando que ela era consagrada no Estatuto. O senhor presidente convidou para a Sessão Solene de entrega da Medalha Thomé de Souza ao jornalista José Oswaldo, pai do comunicador José Eduardo, o Bocão. O vereador José Trindade retomou referência a desapropriação de fazenda em Área de Proteção Ambiental (APA) do Abaeté. Considerou esse fato o maior escândalo da Prefeitura e criticou Parecer da Procuradoria-Geral do Estado, afirmando que contrariava o princípio da legalidade e outros ditames jurídicos. Expôs sobre quoeficiente de aproveitamento da área que teria sido alvo de manipulação por autoridades municipais. Historiou fatos relativos ao imóvel desde 2008, pedindo a atenção do secretário de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara, e lamentando a perda de recursos que poderiam ser investidos em Educação. Afirmou que o prefeito era omisso sobre o fato. O senhor presidente disse que desconhecia os fatos e destacou sua confiança no secretário Sérgio Guanabara, pedindo que os fatos fossem levados à Procuradoria da CMS. O vereador Sidninho comentou a respeito de licitação sobre conselheiros tutelares. Disse que havia quatro Conselhos Tutelares municipais fechados por falta de estrutura mínima. Comentou sobre o sofrimento das crianças e disse que seguiria cobrando resposta. O vereador Marcos Mendes comentou sobre a luta dos agentes de endemias por seu piso salarial, informando sobre audiência pública na próxima terça-feira. Convidou para audiência pública

sobre a exploração de crianças, na próxima sexta-feira, e contou sobre audiência pública, já realizada, a respeito dos cortes nas universidades federais, rejeitando a ideia de que a questão estaria sendo partidarizada. Refutou as declarações da vereadora Cátia Rodrigues, afirmando que ela não teria lido o Estatuto da Igualdade e indagando-lhe se se havia privilégio no fato de haver tantos negros e negras encarcerados, e se algum pastor ou pastora evangélica sofria agressão por sua religião. Sublinhou que era branco e privilegiado, mas conseguia compreender o que era a dor de sofrer racismo. Pela ordem, a vereadora Cátia Rodrigues disse que o Estatuto não se dedicava ao "povo negro", mas, aos negros de religião de matriz africana. A vereadora Marta Rodrigues saudou os agentes de endemias e sua luta por piso salarial. Criticou pronunciamento da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no qual ela dizia que, na Região Nordeste, havia uma cartilha para ensinar bruxaria às crianças. Expressou sua infelicidade em ver o Governo Federal ter uma representante capaz de tal discurso, enquanto o desemprego no País aumentava. Sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, elogiou o vereador Alexandre Aleluia pela atuação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual permitiu que as pessoas pudessem ler o Estatuto, cuja importância destacou, considerando que o adiamento de sua votação, em uma semana, favoreceria que ele fosse ainda mais lido. A vereadora Aladilce Souza saudou os agentes de endemias, pedindo diálogo por parte do prefeito com a categoria e, também, com professores e outros profissionais. Elogiou o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a qual integrava, sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial. Pediu que questões religiosas não obstruíssem a concretização do Estatuto, o qual explicou ser uma reprodução quase exata de semelhantes diplomas já existentes nos âmbitos estadual e federal. O vereador Cezar Leite agradeceu aos pares pela aprovação de seu Projeto sobre obras e serviços públicos, cuja origem explicou ser do Movimento Brasil Livre (MBL), que o estendia pelo País. Explicou ainda que se tratava da exigência de planilha para prevenir corrupção e deu como exemplo a ponte em construção em

Ilhéus, cujos valores sofreram mudanças. Disse que o Projeto previa a devolução de valores em caso de desatendimento aos ditames financeiros previstos em planilha. O vereador Edvaldo Brito saudou a reunião do Colégio de Líderes que possibilitou uma pauta de votação com harmonia entre os edis. Comentou sobre o Projeto do Estatuto da Igualdade Racial, rejeitando a polêmica a seu respeito e citando o art. 3º da CF como esteio para o Estatuto. Contou parábola que ilustrava o art. 61 da CF, o qual lhe fora exposto pela vereadora Lorena Brandão, e afirmou ser vergonhoso que Salvador não contasse ainda com uma previsão legal como essa, já existente em outras partes do Brasil. Questionou sobre quantos negros ocupavam espaços de poder e de destaque, para reafirmar a importância do Estatuto. O vereador Isnard Araújo disse que era preciso se fazer um Estatuto da Igualdade Racial verdadeiro, expondo que, pelo Projeto, apenas os negros de religião afrodescendente teriam direito a se ausentar, em horário de expediente, para cumprir liturgias religiosas, e também direito a algumas gratuidades, o que considerou se tratar de privilégio. Citou a Constituição Federal (CF) sobre ninguém ser privado de direitos por motivos de crença religiosa. Declarou que o discurso sobre o Estatuto era bonito, porém não defendia a maioria, ressaltando importância de um Estatuto que não ferisse o princípio da isonomia. O vereador Hélio Ferreira saudou os agentes de endemias em luta pelo piso salarial. Comemorou a aprovação de seu Projeto para vacinação dos rodoviários, explicando que esses profissionais eram mais expostos a doenças pela insalubridade do seu ambiente de trabalho. Agradeceu aos pares, em especial à CCJ e à vereadora Aladilce Souza, e disse esperar a sanção do prefeito. O senhor presidente declarou apoio ao Projeto do orador. O vereador Alexandre Aleluia criticou a fala do deputado Sargento Isidório, a qual reputou jocosa, afirmando que ele teria o direito de criticar a medida presidencial, mas não, de se pronunciar daquele modo. A respeito do Decreto sobre aquisição de armas, afirmou que a Venezuela desarmou sua população para poder lhe impor o regime político vigente. O vereador Henrique Carballal declarou respeito e concordância com o

discurso do vereador Edvaldo Brito. Lembrou a promessa do prefeito de entregar à Cidade um Estatuto que representasse o povo negro e restaurasse sua dignidade historicamente maltratada pela escravidão e pelo racismo. Elogiou o Estatuto como um marco. Citou o Papa Francisco como o Papa da tolerância e afirmou que o estado laico deve abarcar a proteção aos que sofrem ataques motivados por sua religião, lembrando as perseguições e hostilidades sofridas pelos candomblecistas e indagando se cristãos sofriam o mesmo. Conclamou a bancada governista a votar sobre o Estatuto segundo o que o prefeito estabelecera como promessa de campanha. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou o ex-governador Roberto Santos e sua medida para proteger a prática religiosa dos negros, e afirmou que a não-aprovação do Estatuto ofenderia a CF e a Constituição Estadual (CE). Citou Xangô como o orixá da justiça. O vereador Joceval Rodrigues contou sua participação em reunião do Conselho de Turismo do Estado, na qual pôde constatar como a independência e a produtividade da CMS eram conhecidas. Explicou ter ido ao evento para tratar do turismo religioso, expondo sobre o potencial dessa atividade, cujos praticantes retornavam à Cidade em nome dos votos religiosos. Defendeu o fim da intolerância religiosa. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registro do vereador Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO